

Adoção Inter-Racial e a Espera na Adoção: É Possível ser (In)Diferente?

Adopción Interracial y Espera de la Adopción: ¿Es Posible ser (In)Diferente?

Interracial Adoption and the wait for Adoption: Is it Possible to be (In)Different?

*Liziane Guedes da Silva(1); Karin Juliana Daffinyn da Silva(2); Adolfo Pizzinato(3);
Giana Bitencourt Frizzo(4)*

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: lguedes.psic@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6451-1999>

2 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: psicologakarinjuliana@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3497-6349>

3 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: adolfopizzinato@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1777-5860>

4 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: gifrizzo@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8106-4441>

Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, v. 16, n. 2, p. , julho-dezembro, 2024 - ISSN 2175-5027

[Submetido: 8 out. 2024; Revisão1: 3 set. 2025; Aceito: 30 set. 2025; Publicado: 4 dez. 2025]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2024.v16i2.5109>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editor: Jean Von Hohendorff

Como citar este artigo / To cite this article: [clique aqui!/click here!](#)

Resumo

A adoção inter-racial, especialmente de crianças negras por pessoas brancas, configura-se como realidade frequente no Brasil, embora ainda pouco problematizada nos processos de habilitação e espera. Este estudo buscou analisar as narrativas de pessoas brancas habilitadas à adoção, acerca das relações raciais durante a espera no Sistema Nacional de Adoção (SNA), visto que permanece escassa a literatura nacional sobre o tema. Trata-se de um estudo de caso coletivo, conduzido por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas entre 2017 e 2019 em Porto Alegre/RS. Foram incluídos 5 participantes que se declaravam indiferentes quanto à raça da criança pretendida e que aprofundaram as questões raciais nas entrevistas. A análise temática reflexiva dos dados produziu dois eixos temáticos: I. A minimização da raça na adoção e II. A construção do letramento racial na adoção. Os resultados evidenciam a necessidade de que pretendentes brancos problematizem sua branquitude, exercitem o letramento racial crítico e pratiquem a socialização racial. Já as equipes psicossociais e o SNA, deveriam incorporar o letramento racial como critério para a habilitação para adoção inter-racial. Tais estratégias podem fortalecer vínculos familiares, favorecer ambientes protetivos e contribuir para o desenvolvimento saudável de crianças negras em famílias adotivas inter-raciais.

Palavras-chave: Adoção; Relações familiares; Racismo; Relações raciais.

Resumen

La adopción interracial, en particular de niños negros por adultos blancos, constituye una realidad frecuente en Brasil, aunque aún poco problematizada en los procesos de habilitación y espera. Este estudio analizó las narrativas de personas blancas habilitadas para la adopción acerca de las relaciones raciales durante el tiempo de espera en el Sistema Nacional de Adopción (SNA), dada la escasez de literatura nacional sobre el tema. Se trata de un estudio de caso colectivo, basado en entrevistas semiestructuradas realizadas entre 2017 y 2019 en Porto Alegre, RS. Participaron cinco personas que, aunque inicialmente se declaraban indiferentes respecto a la raza del niño, profundizaron la reflexión racial en las entrevistas. El análisis temático reflexivo de los datos produjo dos ejes: (I) la minimización de la raza en la adopción y (II) la construcción del alfabetismo racial en la adopción. Los resultados señalan la necesidad de que los adoptantes blancos cuestionen su blanquitud, desarrollen un alfabetismo racial crítico y practiquen la socialización racial. Asimismo, los equipos psicossociales y el SNA deberían incorporar el alfabetismo racial como criterio en la habilitación. Estas estrategias pueden fortalecer vínculos familiares, generar entornos protectores y favorecer el desarrollo saludable de niños negros en familias adoptivas interraciales.

Palabras clave: Adopción; Relaciones familiares; Racismo; Relaciones raciales.

Abstract

Interracial adoption, especially of Black children by white adults, is a frequent reality in Brazil, though still underexplored in adoption eligibility and waiting processes. This study analyzed the narratives of white prospective adoptive parents about racial relations during the waiting period in the National Adoption System (SNA), given the scarcity of national literature on the subject. It is a collective case study, based on semi-structured interviews conducted between 2017 and 2019 in Porto Alegre, RS. Five participants who initially declared indifference to the child's race, but later deepened racial reflections in the interviews, were included. Reflexive thematic analysis of the data produced two axes: (I) the minimization of race in adoption and (II) the construction of racial literacy in adoption. Results highlight the need for white prospective parents to critically engage with their whiteness, develop racial literacy, and practice racial socialization. Psychosocial teams and the SNA should incorporate racial literacy

as a criterion for interracial adoption eligibility. Such strategies can strengthen family bonds, foster protective environments, and contribute to the healthy development of Black children in interracial adoptive families.

Keywords: Adoption; Family relations; Racism; Race relations.

Introdução

A adoção é medida de proteção excepcional e irrevogável, que visa garantir o direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes separados de suas famílias de origem. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), a adoção deve ocorrer de acordo com o melhor interesse da criança e somente após o esgotamento de todas as possibilidades de manutenção dos vínculos com a família de origem (Brasil, 1990).

Entretanto, a destituição do poder familiar e a adoção têm se tornado as opções mais recorrentes para famílias pobres, em sua maioria negras, e em contexto de desproteção social (Eurico, 2018; Paula et al., 2025). Assim, o alto número de crianças e adolescentes negros e pobres, em instituições de acolhimento e processo de adoção, está relacionado com este debate e reforça as mudanças necessárias na efetivação das políticas públicas brasileiras (Teixeira, 2016; Fonseca & Scalco, 2023).

Embora represente o rompimento de vínculos com a família de origem, a adoção também constitui uma via de parentalidade, gerando uma tensão central: trata-se de uma medida voltada às necessidades das crianças em contexto de desproteção social ou de uma estratégia para atender ao desejo de parentalidade de famílias de classe média? Uma análise crítica da adoção no Brasil precisa, portanto, considerar simultaneamente quem são as crianças adotadas e quem são os pretendentes (Fonseca, 2019; Eurico, 2018).

O perfil dos pretendentes no país é marcado pela predominância de pessoas brancas, acima dos 40 anos, heterossexuais, casadas, de classe média, cuja motivação principal para adotar são problemas de fertilidade (Silva et al., 2021; Cecílio & Scorsolini-Comin, 2018). Nos últimos anos, observa-se um crescimento de pessoas LGBTI+ e de outras pessoas que optam por ampliar a família por meio da adoção (Lino & Marafon, 2023). O Sistema Nacional de Adoção (SNA) não coleta dados sobre raça dos pretendentes, de modo que as informações disponíveis provêm de pesquisas realizadas nas Varas da Infância e Juventude.

Para se habilitarem, os pretendentes passam por um processo que envolve a entrega de documentação, entrevistas psicossociais e participação em grupos de apoio (Silva et al., 2021; Cecílio & Scorsolini-Comin, 2018). Durante a entrevista, investigam-se as motivações para adotar e define-se o perfil da criança desejada em termos de idade, sexo, raça, número de irmãos, presença de deficiência ou doenças. Esse recorte evidencia que a escolha dos pretendentes é atravessada por marcadores sociais (Espíndola, 2019; Barros et al., 2023; Ferreira, 2021).

No que diz respeito às crianças e adolescentes disponíveis para a adoção, dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2025) indicam que 52,5% são meninos, apenas 30% têm até 8 anos, e 65% possuem ao menos um irmão. Quanto à raça, 53,1% são pardos, 29,8% brancos e 16,2% pretos. Já entre as crianças em processo de adoção, 40% têm até 2 anos, 49,3% são pardos, 33,9% brancos e 15,5% pretos. Esses números demonstram que há maior probabilidade de adoção se a criança estiver mais próxima do ideal de filho pequeno, branco ou pardo, saudável e sem irmãos (Barros et al., 2023).

Tais dados se baseiam na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que organiza a população brasileira em cinco categorias: branca, preta, parda, amarela e indígena. As categorias preta e parda somadas compõem o grupo de pessoas negras (Bento, 2003; Kilomba, 2019; Costa e Schucman, 2022). Neste sentido, o racismo tem efeito direto na adoção e as categorias do IBGE explicitam essa hierarquização: por um lado, os números apontam para um crescimento nas adoções de crianças pardas, com a expectativa de que elas tenham a pele clara e pouco fenótipo negro, porém, por outro lado, as crianças pretas seguem relegadas ao lugar de espera mais longa, rejeição ou devolução na adoção (Rufino, 2002; Leal, 2023; Barros et al., 2023; Lino, 2020).

Estudos sobre a expectativa na adoção apontam que os pretendentes justificam a exclusão das crianças pretas porque desejam um filho fisicamente parecido e por não saberem lidar com o racismo (Barros et al., 2023). Entretanto, ao escolher adotar somente crianças brancas e pardas com pouco fenótipo negro, as pessoas brancas ignoram quem de fato são as crianças disponíveis para adoção. Sobretudo, também reafirmam a centralidade da branquitude como modelo de humanidade, através do embranquecimento de pessoas pardas, e da consanguinidade como modelo de família (Lino & Marafon, 2023; Bento, 2003).

Para compreender esses aspectos os conceitos de racismo, branquitude, letramento racial crítico e socialização racial são importantes. Para Carneiro (2023), o racismo é um “dispositivo de poder de sociedades multirraciais de passado escravocrata”, que disciplina, ordena e estrutura as relações em sociedade (2023, p. 54-5). O racismo atua através do fenótipo (cor de pele, textura do cabelo, grossura dos lábios e nariz) e hierarquiza os sujeitos na sociedade brasileira, em intersecção com as questões de classe e gênero (Kilomba, 2019; Bento, 2003). De acordo com Teixeira (2016), o racismo faz com que crianças pretas e pardas não sejam percebidas como merecedoras de cuidado e do direito à família e convivência comunitária da mesma forma que as brancas.

A intersecção entre raça e saúde é constitutiva, no plano simbólico, do filho ideal como uma criança pequena, branca e saudável, devido à branquitude (Teixeira, 2016). A branquitude, por sua vez, é entendida por Bento (2003) como um lugar social não demarcado, um lugar de privilégio a partir do qual o sujeito branco vê as demais pessoas. Devido aos “traços da identidade racial do branco brasileiro”, as pessoas brancas não se percebem como pessoas racializadas (Bento, 2003; Carneiro, 2023; Kilomba, 2019).

Twine (2004) ao notar a oposição à adoção inter-racial com a justificativa de que mães e pais brancos não entendiam raça ou racismo, desenvolveu o conceito traduzido no Brasil como letramento racial crítico (Schucman, 2014; Twine, 2004). Esta prática estimula o reconhecimento de pessoas brancas de que a hierarquização das relações raciais é um dado presente na estrutura social, o que exige que se invista na socialização de filhos negros em comunidades negras e na transmissão de conhecimento de mães e pais sobre raça para as crianças (Twine, 2004). Ao lado do letramento racial, a socialização racial emerge como ferramenta para socializar crianças negras em contexto de racismo (Moreira-Primo & França, 2024). Trata-se do uso de estratégias protetivas e proativas, por parte da família e outros agentes socializadores, como professores, para oferecer ferramentas às crianças negras, visando a construção do pertencimento ao seu grupo racial (Moreira-Primo & França, 2024; Silva et al., 2025; Silva et al., 2022; Silva, 2021).

O letramento e a socialização racial adquirem especial importância em famílias inter-raciais, pois o racismo é vivenciado cotidianamente pelos membros negros da família. Segundo Schucman (2018), o racismo se expressa nas famílias inter-raciais quando um dos familiares brancos se apropria dos “significados sociais racistas” ou quando a raça é utilizada para oferecer mais afeto às pessoas brancas ou menos escuras (Schucman, 2018). Em casos de famílias adotivas inter-raciais há ainda uma maior deslegitimação do vínculo familiar, em comparação com as famílias consanguíneas, chamadas “famílias de verdade”, tanto devido à adoção, quanto devido à diferença racial (Lino e Marafon, 2023; Silva et al., 2025).

Assim, discutir a adoção inter-racial e a espera na adoção exige problematizar a posição dos pretendentes brancos que afirmam indiferença quanto à raça da criança (Ferreira, 2021; Barros et al., 2023). O presente artigo analisa as narrativas de pretendentes brancos durante a espera no SNA, que se declaram indiferentes à raça da criança, sobre as relações raciais, em especial sobre como eles compreendem o racismo e se colocam diante da possibilidade de adotar crianças negras - pretas e pardas -, tendo como pano de fundo a seguinte pergunta: na espera na adoção, a indiferença se traduz em abertura para constituir uma família inter-racial ou reprodução da branquitude?

Método

Delineamento

Trata-se de um estudo qualitativo exploratório (Robson, 2002) conduzido a partir de um estudo de caso múltiplo (Yin, 2001), estratégia adotada na pesquisa. Por meio dessa estratégia, pretende-se vivenciar e compreender as práticas sociais, as relações humanas e as práticas associativas presentes nas diferentes organizações da sociedade civil, possibilitando maior diálogo e aproximação entre os sujeitos da pesquisa, no

caso do presente estudo, os pretendentes em fila de espera. Estudos de casos múltiplos investigam acontecimentos contemporâneos, pouco explorados na literatura, em maior profundidade (Yin, 2001).

Participantes

Participaram deste estudo 05 pessoas, sendo 02 mulheres, brancas e heterossexuais, e 02 homens, brancos e heterossexuais e 01 homem, pardo e homossexual. Todos os entrevistados eram casados, seus cônjuges participaram do estudo, mas foram entrevistados em separado. A média de idade dos participantes era de 43 anos e renda média entre 6 a 9 salários-mínimos. 04 pretendentes aguardavam há 01 no Sistema Nacional de Adoção (SNA), e somente 01 pretendente aguardava há 04 anos. Para o presente estudos foram selecionados os participantes com base em dois critérios: a) escolha por adotar crianças negras ou indiferentes à raça no SNA e b) discussão de questões raciais nas entrevistas. Por fim, os entrevistados selecionados não compõem nenhum casal em comum nesse estudo. Não havia pretendentes à adoção monoparental e não foram coletadas informações sobre identidade de gênero, presumindo-se que todos eram cisgêneros. Os participantes deste estudo eram integrantes do projeto “Transição para a parentalidade adotiva: pesquisa e intervenção” (Frizzo et al., 2016). Os participantes do projeto deveriam ter 18 anos e poderiam ter nível socioeconômico e configuração familiar diversos, princípios seguidos, também, para a entrada no processo de habilitação à adoção no 2º Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre.

Tabela 1

Descrição dos participantes

Entrevista	Gênero	Idade	Raça	Faixa salarial	Tempo de espera (anos)	Preferência raça da criança	Mudou o perfil da criança?	Mudou raça da criança?
Adélia	Mulher	38	Branca	1 a 3	1	Indiferente	Não	-
Basílio	Homem	35	Branco	6 a 9	1	Indiferente	Não	-
Carolina	Mulher	48	Branca	1 a 3	4	Indiferente	Não	-
Denis	Homem	43	Pardo	12 a 15	1	Indiferente	Sim	Não
Érico	Homem	47	Branco	12 a 15	1	Indiferente	Não	-
Média	-	43	-	6 a 9	3	-	-	-

Nota. Descrição do perfil sociodemográfico dos participantes e dados sobre o processo de adoção.

Procedimentos

Mediante autorização do Juiz do 2º Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre, as técnicas judiciárias entraram em contato com as pessoas que se encaixavam no perfil de participantes deste projeto para convidá-las a contribuir para os estudos sobre adoção. Após a resposta afirmativa destas, o contato entre os pesquisadores e os pretendentes foi estabelecido. Após o contato inicial para participação no projeto, os participantes foram convidados a comparecer ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ou, então, forneceram um endereço para um encontro, no qual assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Depois desse procedimento, responderam ao Questionário sobre a adoção (NUFABE, 2016a) e, posteriormente, foi realizada a Entrevista sobre as expectativas e os sentimentos na adoção (NUFABE, 2016b).

Instrumentos

Os participantes responderam a: a) Questionário sobre a adoção (NUFABE, 2016a), para coletar dados sociodemográficos e informações sobre o processo de adoção, incluindo a raça da criança desejada; e b) Entrevista semiestruturada sobre expectativas e sentimentos em relação à adoção (NUFABE, 2016b). Os instrumentos abordavam também temas relacionados à experiência de espera pela chegada do filho, às percepções sobre como tem sido esta experiência para o cônjuge, o envolvimento da família extensa e as características da criança pretendida. As entrevistas ocorreram de junho de 2017 a outubro de 2019, em uma sala da universidade. As entrevistadoras eram 13 mulheres brancas, graduandas e pós-graduandas em psicologia.

Procedimentos éticos

O recrutamento dos participantes foi autorizado e realizado em parceria com o 2º Juizado da Infância de Porto Alegre, além da divulgação em mídias sociais. As famílias assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética (CAEE 58061816.4.1001.5334) e atende à resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Análise dos dados

Os dados do questionário foram analisados com estatística descritiva. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas por análise temática reflexiva, um formato de análise que tem sido amplamente utilizado em estudos qualitativos, que analisa padrões e constrói temas a partir da leitura dos dados (Braun & Clarke, 2022). Foi utilizado o software NVivo versão 11. As entrevistas foram relidas e analisadas por

duas pesquisadoras mulheres negras, psicólogas e pós-graduandas de doutorado, com experiência em pesquisas sobre relações raciais.

Resultados e Discussão

A análise das entrevistas com pretendentes em espera pela adoção evidenciou angústias significativas e grandes tensões ligadas à possibilidade da adoção inter-racial. A discussão sobre o perfil possibilitou que as angústias viessem à tona, porém, ainda de forma tímida, romantizada e com pouca elaboração sobre os impactos das relações raciais na construção do projeto adotivo.

A análise dos dados sociodemográficos dos 05 entrevistados mostrou predominância de pretendentes brancos (80%), heterossexuais (80%) e de classe média (média salarial entre 6 e 9 salários-mínimos em 2017, quando o salário era de R\$937,00). Todos os entrevistados eram casados e aguardavam em média a 2,5 anos no SNA. Esses resultados estão de acordo com o que aponta a literatura nacional a respeito do perfil de adotantes brasileiros, fortemente atravessado pelos marcadores de raça, classe e sexualidade (Espíndola, 2019; Ferreira, 2021). Porém, a discussão crítica sobre esses aspectos ainda é pouco representativa na literatura em psicologia, lacuna na qual esse artigo se insere (Lino & Marafon, 2023).

Em relação ao perfil da criança na espera pela adoção, o tema “indiferente à raça” surgiu de modo superficial nas entrevistas, e relacionado ao perfil da criança desejada. Isso tornou a discussão sobre as relações raciais no projeto adotivo pouco aprofundada. A invisibilização do tema dificulta que os pretendentes compreendam a imbricação entre as relações raciais e a elaboração do projeto adotivo (Lino & Marafon, 2023; Ferreira, 2021).

Já no início da construção do projeto adotivo, a raça da criança desejada adquire materialidade e impacta diretamente o tempo de espera, assim como a idade, condições de saúde e adoção de irmãos. Isto é, quando os pretendentes se deparam com a necessidade de definir o perfil da criança desejada, eles se defrontam com as relações raciais. Esses aspectos serão discutidos no eixo temático I. A minimização da raça na adoção.

No eixo temático II. A construção do letramento racial na adoção, é possível perceber um deslocamento do entendimento dos pretendentes, a respeito das relações raciais. O racismo deixa de ser um “problema do negro” e passa a ser percebido como um problema social, que deve ser encarado coletivamente (Kilomba, 2019; Carneiro, 2023). Nesse cenário, surgem outros sentidos para a ideia de adotar uma criança negra, escapando do que não pode ser evitado e dando espaço ao que pode ser desejado. Aqui se ensaia uma reflexão a respeito da diferença racial no projeto adotivo e sobre o exercício do letramento racial dos pretendentes, em uma preparação mais consistente para uma possível adoção inter-racial.

A seguir os eixos temáticos de análise serão discutidos, em diálogo com as narrativas dos pretendentes entrevistados no estudo.

A minimização da raça na adoção

A maior parte dos pretendentes se concentrou nas características da criança a ser adotada, quando o perfil na adoção foi pautado. A adoção de uma criança negra ganhou ênfase e até uma certa inevitabilidade, devido às estatística do SNA, como aponta Basílio: “Eu acho que estatisticamente é 95% de chance de serem crianças negras” (Basílio, comunicação pessoal, 12 de maio de 2017). Os pretendentes foram compreendendo que a maioria das crianças na adoção são negras, o que os obrigou a encarar a possibilidade de uma adoção inter-racial, pois o perfil da criança impactaria diretamente no tempo de espera e nas possibilidades de adoção.

Como vemos na fala ambivalente da entrevistada Carolina, a criança negra foi vista ora como aquela que tem identidade - numa perspectiva relativamente exótica (Kilomba, 2019) -, ora como o oposto de uma criança perfeita: “... eu imagino uma criança de cor negra, com o cabelo bem ondulado, gordinho, com a sua própria identidade” (Carolina, comunicação pessoal, 26 de Junho de 2017).

O preenchimento do perfil, no processo de habilitação para adoção, traz à tona as concepções de família ideal, pautadas no racismo, na branquitude e em um ideal de saúde (Kilomba, 2019). Na entrevista de Carolina ficaram evidentes as compreensões estereotipadas relacionadas ao fenótipo de pessoas negras, bem como o esvaziamento da discussão das relações raciais no Brasil. O mesmo percebe-se na fala da entrevistada Adélia:

“Quando eu penso nessa criança que é um menino eu penso nele assim, bem, não quero ser preconceituosa, sarará. Não sei se é a palavra certa. Não uma coisa branca, nem uma coisa preta, nem uma coisa vermelha, eu penso num brasileiro bem brasileiro, assim, sabe?” (Adélia, comunicação pessoal, 07 de agosto de 2017).

A falta de letramento racial de Adélia fica evidente por sua dificuldade em identificar racialmente a criança que imagina: ela descreve uma criança parda segundo o imaginário brasileiro, mas não sabe nomeá-la. Além disso, em sua narrativa, ela defende a existência de uma identidade brasileira, na ideia de que “somos todos iguais”, em prol de uma imparcialidade das raças. No entanto, a partir da discussão do campo das relações raciais, é possível compreender a frase “eu penso num brasileiro, bem brasileiro” enquanto expectativa de que a criança seja parda, mas com pouco fenótipo negro (Costa & Schucman, 2022).

Inicialmente pode parecer confuso: uma pessoa parda é negra ou não é? Essa confusão ocorre porque a categoria “pardo” no Brasil é historicamente um “campo

de negociação e de batalha discursiva”, conforme apontam Costa & Schucman (2022, p. 468). A ideia apresentada por Adélia está presente na cultura brasileira, que contraditoriamente reconhece a história de miscigenação forçada no Brasil, que dá origem ao pardo e, ao mesmo tempo, reforça uma suposta igualdade para todos. Essa falácia fragiliza o lugar social do pardo, enquanto parte do grupo negro, e do grupo negro como um todo, bem como fragiliza a discussão do racismo no Brasil (Costa & Schucman, 2022).

Assim como Adélia, Carolina refere que: “eu não fico imaginando uma criança. Depois não era essa que eu queria [...] tu imagina uma criancinha loirinha olho azul, depois vem uma pretinha e tu fica ‘ai não era essa criança que eu queria, ai tu devolve’” (Carolina, comunicação pessoal, 26 de Junho de 2017). Carolina diz, em alto e bom tom, sua expectativa é adotar uma criança branca, corroborando com o perfil mais desejado na adoção (Espíndola, 2019; Ferreira, 2021; Barros et al, 2023). Entretanto, Carolina sabe que seu tempo na fila de espera seria muito longo (ou não seria possível adotar), caso o perfil permanecesse restrito a crianças brancas.

Nesse contexto, a adoção de uma criança negra, fosse ela parda ou preta, foi vista por Carolina como uma isenção de preferências raciais, mas as preferências estão bastante explícitas. Enquanto a fala de Adélia traz a ideia de uma criança que não é negra, mas também não é branca, a fala de Carolina anuncia seu desejo de adotar uma criança branca de olhos claros. Em resumo, as crianças negras não faziam parte do projeto adotivo de nenhuma das pretendentes, mas se tornaram devido ao tempo de espera e as crianças reais que estão aptas à adoção.

As falas dos pretendentes denotam de que maneira o racismo estrutura a sociedade brasileira, como um problema social que afeta a vida de todas as pessoas, mas com o qual as pessoas brancas não desejam se implicar. Ao decidir adotar, os pretendentes precisam se haver com essa ambivalência: flexibilizar seu ideal de família, ainda pautado na branquitude e consanguinidade, ou aguardar por tempo indeterminado, pondo em risco a adoção? A branquitude dos pretendentes também se destaca quando eles comparam as crianças negras às crianças brancas, como se as últimas fossem naturalmente o parâmetro de filho ideal, simplesmente devido ao fenótipo, como vemos na fala de Carolina: “Eu não estilizei assim uma criança perfeita, acho que as crianças que menos querem são as pretas. E eu não me importaria nem um pouco se fosse uma criança pretinha né, de zero a sete” (Carolina, comunicação pessoal, 26 de Junho de 2017).

Carolina possivelmente acredita que está promovendo a igualdade ao cogitar adotar uma criança preta, e que isso a exime do racismo. No entanto, ser uma pessoa branca e “não se importar com a raça” é justamente uma das expressões do racismo e da branquitude na sociedade brasileira. Kilomba (2019) nos lembra que “o racismo é uma realidade violenta”, no entanto, pessoas brancas tentam reduzi-lo a “um

fenômeno periférico”, na intenção de minimizar o seu potencial negativo (2019, p. 71). Frequentemente as pessoas brancas referem-se ao racismo como um “recorte”, um “dado”, “uma camada de tinta” que pode ser apenas informado e facilmente extinto (2019, p. 71). Entretanto, o racismo não é “algo” nas estruturas das relações sociais, ele é determinante e não pode ser deixado de lado na adoção inter-racial (Kilomba, 2019).

Tampouco, seguindo esta lógica, se poderia supor que a inclusão de uma criança negra em uma família branca independe da raça, como o SNA sugere com a categoria “indiferente” (Espíndola, 2019). Essa é uma reflexão pautada na invisibilização da raça, alimentada pela branquitude, e que desconsidera a complexidade do racismo no Brasil, que encontra solo fértil dentro das famílias (Barros et al., 2023; Schucman, 2014; Lino & Marafon, 2023).

Na fala de Carolina, a diferença racial foi recebida com desconforto. Ora pela percepção da objetificação da criança negra e adotada, ora pela dificuldade da pretendente de perceber a si mesma como branca, em uma perspectiva racializada, reconhecendo inclusive os privilégios desta experiência: “Não me sinto confortável com esse perfil que a gente responde para a escolha da criança, que eu acho que a adoção não se dá dessa maneira, escolhendo preto ou branco, dentro de uma certa idade: como se fosse um objeto” (Carolina, comunicação pessoal, 26 de Junho de 2017).

Para Adélia, as questões discutidas junto à equipe técnica ao longo da habilitação, sobre o perfil da criança e raça, parecem ter acionado uma posição defensiva:

“... quando a gente foi na entrevista, ela perguntou: tu tem opção de raça? De cor? ‘Não’, ‘a tua família vai apoiar?’ [...] as sobrinhas do meu marido, duas são casadas com rapazes negros e tem filhos negros, então isso não seria problema nenhum, não seria um intruso na família, né? ‘Ah, é, pois é’. Então eu não vejo onde seria o ponto de algum problema, porque eu acredito que, infelizmente, a questão da raça às vezes é um entrave, né? De chegar um diferente, o que também não seria lá em casa por essas questões então eu acho que não teria problema algum (Adélia, comunicação pessoal, 07 de agosto de 2017).

Por um lado, Adélia reflete sobre o risco de objetificar as crianças na adoção, de modo coerente. Porém, a entrevistada perde de vista que há diferenças significativas entre uma família consanguínea inter-racial e adotiva inter-racial. O processo de habilitação visa justamente visibilizar e promover a reflexão sobre a diferença racial na adoção, porém, ao responder que “não teria problema algum”, a pretendente deixa escapar seu despreparo para uma adoção inter-racial (Lino & Marafon, 2023).

Em ambas as falas das entrevistadas, percebe-se a minimização da importância da raça e racismo, seja por uma ideia equivocada do que é o racismo, seja pela crença

de que o desejo de se tornarem mães e pais protegeria a criança. Entretanto, essa minimização apenas reforça os efeitos prejudiciais e o provável sofrimento de uma criança negra nesse contexto (Lino & Marafon, 2023; Rufino, 2002). O contrário dessa postura envolveria o reconhecimento dos pretendentes a respeito do racismo de forma crítica, através do letramento racial, e a preparação para enfrentá-lo, o que veremos no eixo II. A construção do letramento racial na adoção, a seguir.

A construção do letramento racial na adoção

As narrativas de abertura para a possibilidade de adotar uma criança negra - parda e preta - também estiveram presentes no estudo. Frente à possibilidade da adoção inter-racial, Érico aponta que “Me preocupo muito com a raça! Se vier uma criança negra, por exemplo, é uma probabilidade grande, né? Nós não somos negros, nós vivemos na classe média que é majoritariamente branca e majoritariamente racista. E isso me preocupa...” (Érico, comunicação pessoal, 15 de setembro de 2017). A partir de uma leitura crítica em relação ao racismo, Érico parece compreender que o racismo estrutura a sociedade brasileira e o enxerga como um problema social que afeta a vida de todos, diferentemente das entrevistadas Carolina e Adélia do eixo I. Isto é, Érico reconhece que o racismo é uma questão social e não se restringe ao fenótipo da criança adotada.

Tal entendimento demonstra seu contato com o letramento racial crítico e possibilita o entendimento do racismo como um problema contemporâneo e complexo (Twine, 2004). Érico novamente demonstra problematizar a branquitude, quando reconhece que o problema é do grupo familiar: “eu não queria que meu filho ou a minha filha experimentassem o racismo, mas vai experimentar, né? Isso me preocupa não por nós (pretendentes), mas pela criança e pelo fato de que nós vamos ter que transar o racismo” (Érico, comunicação pessoal, 15 de setembro de 2017).

As reflexões sobre a adoção inter-racial também surgiram nas falas de Denis ao se perguntar como ele poderia fortalecer a identidade racial de uma criança negra: “Me preocupa assim de ter essa identidade, se os meus filhos vão ser negros eles precisam ter uma identidade com os negros, então pra que eles tenham também bons ídolos” (Denis, comunicação pessoal, 02 de setembro de 2017). Aqui percebe-se a preocupação em apresentar figuras negras que a criança possa se identificar, visto que ambos os pais seriam brancos (Moreira-Primo & França, 2024). Há, nas falas de Denis, um entendimento de que é preciso preparar a si mesmo e à família extensa, para a adoção inter-racial. E, ao mesmo tempo, estar preparado para lidar com outros desafios de viver em uma sociedade racista: “Essas são coisas que a gente precisa combater e se envolver também” (Denis, comunicação pessoal, 02 de setembro de 2017).

Tais reflexões surgiram acompanhadas do entendimento que a família extensa também precisava ser preparada para a possível adoção de uma criança negra. Na fala de Basílio, ganha destaque a preocupação de sua esposa de que as famílias aprendam a

aceitar o diferente, considerando a ausência de outras pessoas negras. A possibilidade de adotar uma criança negra alimentou o interesse da esposa e, conseqüentemente, o de Basílio pelas questões de racismo: “a gente imagina que vai ter que lidar com isso, né? Uma preocupação bem presente para ela é a questão da aceitação das nossas famílias de origem” (Basílio, comunicação pessoal, 12 de maio de 2017).

Assim como Basílio, que aponta a necessidade de exercitar o letramento racial com a família extensa, Érico também traz sua preocupação com a família: “... os pais da minha mulher eles moram em uma comunidade alemã extremamente racista. A minha sogra é italiana [...] meu sogro alemão, ele tem um pouco do racismo introjetado [...] Eu vou bater num alemão lá, certo. Primeiro que chamar: Ah, o negrinho. Vai apanhar” (Érico, comunicação pessoal, 15 de setembro de 2017).

As falas dos entrevistados do eixo II apontam uma reflexão mais crítica sobre as relações raciais na adoção. Esse grupo compreende que o racismo é um problema social e que as crianças negras precisam ser protegidas. Essa postura é possível porque, provavelmente, esses pretendentes têm refletido sobre sua branquitude, que junto ao letramento racial crítico, são etapas fundamentais para a adoção de crianças negras, pois oferecem ferramentas aos pretendentes no combate ao racismo e na construção de um ambiente seguro para crianças negras. Nesse contexto, Basílio, Érico e Denis parecem compreender que adotar uma criança negra é posicionar-se a favor da luta antirracista, buscando construir ambientes saudáveis (Silva et al., 2025).

Para que mães e pais brancos de crianças negras possam apoiar a luta antirracista na adoção, eles precisam ser capazes de entender que não há “indiferença” em relação à raça no Brasil. Refletir sobre as relações raciais como um problema contemporâneo e social, identificar situações de violência racial e criar estratégias de proteção frente ao racismo é tarefa fundamental de quem deseja adotar filhos negros (Lino & Marafon, 2023).

Considerações Finais

Este estudo analisou as narrativas de pretendentes brancos, que se declararam indiferentes à raça da criança, durante a espera no SNA. A partir de 05 entrevistas sobre as expectativas e os sentimentos durante a espera na adoção, buscou-se investigar como os pretendentes compreendiam o racismo e como narravam a possibilidade de adotar crianças negras - pretas e pardas -, visto que já estavam habilitados e seu perfil estava aberto a essas características. O estudo tinha como pano de fundo a seguinte pergunta: na espera na adoção, a indiferença se traduz em abertura para constituir uma família inter-racial ou em reprodução da branquitude?

Ao analisar as entrevistas, concluiu-se que para os entrevistados do eixo I, a “indiferença à raça” representava um reforço do ideal de família pautado na branquitude e na consaguinidade. Para esses pretendentes, adotar uma criança parda

surgiu como alternativa à adoção de crianças brancas, devido ao longo tempo de espera, sempre em negação: “nem uma coisa branca, nem uma coisa preta” (Adélia, comunicação pessoal, 07 de agosto de 2017) e “eu não fico imaginando uma criança [...] depois vem uma pretinha e tu fica ‘ai, não era essa que eu queria’, ai tu devolve” (Carolina, comunicação pessoal, 26 de Junho de 2017).

As falas das entrevistadas Carolina e Adélia permitem concluir que elas estão habilitadas para a adoção, mas não estão preparadas para adotar uma criança negra e protegê-la do racismo, pois suas próprias falas evidenciam o racismo. Para elas, a possibilidade de adotar uma criança parda ou preta se apresentou ora como preocupação, ora como lamento. Isso corrobora a literatura sobre o tema, que constata que muitos pretendentes se veem frente ao dilema de esperar longos anos ou ampliar o perfil da adoção, levando à negociação dos aspectos raciais do filho desejado, mas ainda pautadas pelo ideal da branquitude (Lino & Marafon, 2023; Ferreira, 2021; Barros et al., 2023).

Já para os pretendentes do eixo II, a “indiferença à raça” no perfil pareceu representar uma abertura a constituir uma família inter-racial pela via adotiva. Entende-se que a abertura para as crianças pardas e também para as crianças pretas, junto a compreensão do racismo como um problema contemporâneo e social, representa um acúmulo do letramento racial crítico desses pretendentes (Espíndola, 2019; Silva et al., 2025). Como vê-se na fala de Érico, que diz que gostaria de evitar a experiência do racismo para seus possíveis filhos e compreendeu que “nós vamos ter que transar o racismo” (Érico, comunicação pessoal, 15 de setembro de 2017). Ou seja, para enfrentá-lo, vamos ter que compreender mais de perto. Assim como para Denis, que já compreendeu que as mudanças frente ao racismo dependem especialmente das ações das pessoas brancas: “Essas são coisas que a gente precisa combater e se envolver também” (Denis, comunicação pessoal, 02 de setembro de 2017).

O estudo visibilizou que a preparação para a adoção precisa estar conectada com a realidade social e histórica da sociedade brasileira, de modo a incluir as relações raciais, questionar de onde vêm as crianças disponíveis para a adoção no Brasil, e problematizar os modos de formar família (Silva et al., 2025). Esses aspectos precisam ser mais bem compreendidos na preparação porque a construção do perfil dos pretendentes deste estudo, especialmente do eixo I, ainda está fortemente atrelada à uma concepção de humanidade pautada na branquitude, bem como a uma concepção de família pautada na consanguinidade (Espíndola, 2019; Barros et al. 2023; Schucman, 2018). Tais relações impactam as expectativas de pessoas habilitadas para a adoção, que ao optarem por adotar somente crianças brancas ou pardas com pouco fenótipo negro, não estão somente desejando um filho parecido, mas sim, estão discriminando a partir da raça (Espíndola, 2019; Lino & Marafon, 2023; Paula et al., 2025).

Na perspectiva institucional, as equipes técnicas devem exercitar o letramento racial crítico, investigar as motivações dos pretendentes para adotar e estabelecer critérios para essa investigação. Sugere-se a inclusão do letramento racial crítico

como critério de análise para a habilitação, para distinguir as pessoas que declaram “indiferença à raça” em busca de afirmar a branquitude, daquelas que estão efetivamente abertas para a adoção inter-racial (Lino & Marafon, 2023). Trata-se um risco que tanto os pretendentes, quanto o CNJ assumem, quando pessoas brancas declaram “indiferença à raça” sem o devido letramento racial, o que pode resultar na exposição de crianças negras a novas violências (Lino, 2020; Paula et al., 2025).

O letramento racial crítico e a socialização racial têm sido discutidos como ferramentas possíveis e potentes para apoiar o processo de tornar-se mãe e pai de crianças negras em famílias inter-raciais adotivas (Twine, 2004). Quando o letramento racial se torna central no projeto adotivo, um novo entendimento de raça, de adoção e de família pode surgir. Esse é um processo desafiador, contínuo e que exige a real implicação das pessoas brancas na construção de um projeto adotivo antirracista, crítico e implicado, que deve ser mediado e avaliado pelas equipes técnicas e pelo CNJ (Lino & Marafon, 2023).

Como aspectos limitantes do estudo, aponta-se que a entrevista do estudo não foi construída para investigar adoção e relações raciais, logo não foi possível realizar um maior aprofundamento sobre adoção e relações raciais. Pelo mesmo motivo, o estudo também deixou de investigar aspectos interseccionais, como relações de gênero e orientação sexual.

Estudos futuros poderiam investigar: a perspectiva de filhos adotivos em famílias inter-raciais, dando centralidade à experiência deles nesse processo, e não apenas de seus pais e mães; a mudança do perfil no projeto adotivo e os possíveis impactos no bem-estar das crianças negras adotadas, por famílias sem letramento racial; a diferença racial na adoção com pretendentes pretos e pardos; e por fim, os aspectos interseccionais que podem interferir na adoção inter-racial.

Por fim, entende-se que o presente estudo avança ao trazer para reflexão as motivações dos pretendentes quanto à raça e investigar se essa “indiferença” representa abertura à diferença racial ou reprodução da branquitude. Compreende-se que a adoção envolve processos complexos, que para além do desejo de tornar-se mães e pais, pessoas brancas que se identificam como “indiferentes” à raça da criança no SNA, precisam ressignificar seu lugar social como brancos e investir em um processo de letramento racial crítico (Twine, 2004; Silva et al., 2025).

Por fim, é fundamental construir uma comunidade mais ampla, com pessoas negras em lugares sociais não hierarquizados, com outras famílias inter-raciais e com outras famílias por adoção, que sejam capazes de apoiar as mães e pais brancos de crianças negras neste processo (Schucman, 2014; Moreira-Primo & França, 2024; Silva et al., 2025). A adoção inter-racial envolve a reflexão, a desconstrução e a ação frente às relações raciais. Talvez diante destas movimentações possa surgir uma família, com o entendimento de que criar crianças negras é, também, lutar contra o racismo (Silva et al., 2022).

Agradecimento

Agradecimento ao CNPq pelo financiamento do projeto Transição para a parentalidade adotiva: pesquisa e intervenção edital Universal processo 406054/2016-9 concedido à professora Giana B. Frizzo.

Referências

- Barros, N. de C., Silva, P. S. da, Silva, L. G. da, & Frizzo, G. B. (2023). “Nenhum pardo vai ser igual a gente, né?”: A espera pela adoção e as famílias inter-raciais. UFRGS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/258311>
- Bento, M. A. S. (2003). Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. *Voices*. <https://repositorio.usp.br/item/002946628>
- Braun, V., & Clarke, V. (2022). Conceptual and design thinking for thematic analysis. *Qualitative Psychology*, 9(1), 3–26. <https://doi.org/10.1037/qup0000196>
- Brasil. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Carneiro, S. (2023). Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. *Zahar*.
- Cecílio, M. S., & Scorsolini-Comin, F. (2018). Avaliação de candidatos pretendentes no processo de habilitação para adoção: Revisão da literatura. *Psico-USF*, 23(3), 497–511. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230309>
- Conselho Nacional de Justiça. (2025). Painel Analytics: Painel de acompanhamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. CNJ. <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed-9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall>
- Costa, E. S., & Schucman, L. V. (2022). Identidades, identificações e classificações raciais no Brasil: O pardo e as ações afirmativas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 22(2). <https://doi.org/10.12957/epp.2022.68631>
- Espíndola, S. P. (2019). Filho, qual é a sua raça?: Racismo institucional através do cadastro nacional de adoção. *Fiocruz*. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/37675>
- Eurico, M. C. (2018). Preta, preta, pretinha: O racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as). PUC-SP. <https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/21267/2/M%C3%A1rcia%20Campos%20Eurico.pdf>
- Ferreira, J. R. de S. (2021). Raça, gênero e geração como determinantes para a escolha de crianças adotáveis: Uma análise sobre adoção tardia em torno dos dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA). UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/36512>
- Fonseca, C. (2019). (Re)descobrimo a adoção no Brasil trinta anos depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. *Runa*, 40(2), 17–38. <https://doi.org/10.34096/runa.v40i2.7110>

- Fonseca, C., & Scalco, L. (2023). Maternidades interdidas: A (in)justiça reprodutiva em circunstâncias de radical desigualdade. *Revista del Museo de Antropología*, 16(2), 317–326. <https://doi.org/10.31048/1852.4826.v16.n2.38900>
- Frizzo, G. B., Silva, P. S., Resmini, G. F., Schwochow, M. S., Leão, L. C. S., Levandowski, D. C., Lopes, R. C. S., Vieira, M. L., & Chaves, V. P. (2016). *Transição para a parentalidade adotiva: pesquisa e intervenção*. Projeto de Pesquisa não publicado.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano* (1ª ed.). Cobogó.
- Lino, M. V. (2020). *Crias de um (não) lugar: Histórias de crianças e adolescentes devolvidos por famílias substitutas* (1ª ed.). Editora CRV. <https://doi.org/10.24824/978659902382.8>
- Lino, M. V., & Marafon, G. (2023). Reflexões sobre o impacto do racismo nas adoções inter-raciais. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 16(Edição Especial). <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1613>
- Moreira-Primo, U. S., & França, D. X. de. (2024). Socialização étnico-racial parental: Contribuições para o bem-estar e desenvolvimento de crianças e jovens. *Psicologia Argumento*, 42(116), Artigo 116. <https://doi.org/10.7213/psicolargum.42.116.AO15>
- Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Família com Bebês e Crianças (NUFABE) (2016a). *Questionário sobre a adoção*. Instrumento não publicado.
- Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Família com Bebês e Crianças (NUFABE) (2016b). *Entrevista sobre as expectativas e os sentimentos na adoção*. Instrumento não publicado.
- Paula, L. R., Rodrigues, L., & Rodrigues, H. B. C. (Orgs.). (2025). *As cores do acolhimento institucional: Racializando as medidas protetivas de crianças e adolescentes* [Recurso eletrônico]. UFRGS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/293713>
- Robson, C. (2002). *Real world research: A resource for social scientists and practitioner-researchers* (2nd ed.). Blackwell.
- Rufino, S. (2002). Uma realidade fragmentada: A adoção inter-racial e os desafios da formação de uma família multiracial. *Revista Katálysis*, 5(1). <https://www.redalyc.org/pdf/1796/179618286008.pdf>
- Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: Estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 83–94. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>
- Schucman, L. V. (2018). *Famílias inter-raciais: Tensões entre cor e amor*. EDUFBA.
- Silva, L. G., Alves, M. C., & Frizzo, G. B. (2025). Adoção inter-racial: Do letramento de mães e pais brancos à socialização de crianças negras. In L. R. Paula, L. Rodrigues, & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), *As cores do acolhimento institucional: Racializando as medidas protetivas de crianças e adolescentes* [Recurso eletrônico]. UFRGS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/293713>
- Silva, L. G. da, Nogueira, R., & Machado, P. S. (2022). Narrativas e estratégias infanto-juvenis frente ao racismo: Compreensões a partir do Sópapinho Poético *In: Conselho Federal de Psicologia. Psicologia brasileira na luta antirracista: Prêmio Profissional Virgínia*

- Bicudo (Vol. 2). - Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-2-luta-antirracista-1801-web-1.pdf>
- Silva, L. G. da. (2021). “*Salve, salve, abre a roda, somos ERÊS, queremos passar*”: Crianças negras na kizomba do Sopapinho – contribuições afroperspectivistas à psicologia (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/229983>
- Silva, P. S. da, Schwochow, M. S., Resmini, G. de F., & Frizzo, G. B. (2021). Critérios para habilitação à adoção segundo técnicos judiciários. *Psico-USF*, 25(4), 603–612. <https://doi.org/10.1590/1413/82712020250401>
- Teixeira, D. (2016). Discriminação racial é sinônimo de maus-tratos: A importância do ECA para a proteção das crianças negras. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. https://livredetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Proj-PE-TROBRAS-web_compressed.pdf
- Twine, F. W. (2004). A white side of Black Britain: The concept of racial literacy. *Ethnic and Racial Studies*, 27(6), 913–937. <https://doi.org/10.1080/0141987042000268512>
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (2ª ed.). Bookman.